



Município De Espírito Santo Do Pinhal

Legislação

Decretos Municipais

DECRETO N ° 5.504, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Regulamenta a Lei Municipal n° 4.826, de 13 de julho de 2021 e dá outras providências.

Cristina do Carmo Brandão Bueno Domingues, Prefeita Municipal de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município;

Decreta:

Art. 1°. Este Decreto regulamenta a Lei Municipal n° 4.826, de 13 de julho de 2021, a qual “Dispõe sobre o sistema de estacionamento rotativo pago para veículos em vias e logradouros públicos e autoriza a concessão do serviço à iniciativa privada e revoga a Lei Municipal n° 3.073, de abril de 2007 e dá outras providências.”.

Art. 2°. O sistema de estacionamento rotativo pago, denominado “Zona Azul”, consiste na utilização onerosa de vias e logradouros públicos para o estacionamento rotativo de veículos automotores, exceto motocicletas e motonetas, mediante o pagamento de tarifa pré-estabelecida, em áreas devidamente identificadas com sinalização específica, durante período determinado.

§ 1°. O sistema deverá contemplar a possibilidade dos usuários efetuarem pagamentos por meio de tíquetes de estacionamento com tempo de uma ou duas horas, adquiridos:

I - junto a representantes da concessionária ou em postos de vendas fixos, ocasião em que o pagamento se realizará com dinheiro em espécie, cartão de crédito, cartão de débito ou ainda por qualquer meio tecnológico de pagamento regulamentado pelo Banco Central do Brasil;

II - com a utilização de equipamentos fixos eletrônicos, de autoatendimento, disponibilizados na operação do sistema; e,

III - mediante *Short Message Service* (SMS) para usuário pré-cadastrado no sistema da concessionária; ou

IV - pela internet ou por aplicativo próprio para *smartphones*.

§ 2°. O sistema deverá contemplar a modalidade de débito automático da tarifa, sem fracionamento do tempo, para as placas dos veículos nele cadastrados ou vinculados ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), para os casos em que os usuários não possuam acesso aos meios tecnológicos.

§ 3°. No caso de pagamento realizado na forma do inciso IV do §1° deste artigo, independente da quantia de tempo a ser usada, serão cobrados, de forma automática, os primeiros trinta minutos, e, acima deste tempo, será cobrado a cada trinta minutos.

Art. 3°. O estacionamento rotativo pago do Município deverá ser operacionalizado mediante o controle e a fiscalização da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, em relação ao uso correto do sistema, à devida aplicação normativa e ao fiel cumprimento do contrato firmado com a Concessionária.



Art. 4º. A Concessionária disponibilizará para o funcionamento do sistema de estacionamento rotativo pago no Município:

I - no mínimo um representante operacional, devidamente contratado, para cada noventa vagas de Zona Azul, o qual deverá estar devidamente uniformizado, treinado e habilitado para as atividades que executar, utilizando de equipamentos eletrônicos denominados Equipamentos Portáteis de Registro e Controle, os quais permitam acesso às operações de consulta no sistema e notificações e possuam impressora portátil;

II - equipamentos fixos de autoatendimento, os quais permitam acesso às operações de consulta no sistema e notificações, com impressora portátil;

III - sistema automatizado móvel de videomonitoramento e verificação sobre o registro do veículo no sistema e o pagamento da tarifa, operacionalizado por meio de *software* de reconhecimento da placa do veículo e verificação no sistema centralizado.

§ 1º. Os Agentes de Trânsito do Município apoiarão, nos termos de suas atribuições e de conformidade com as normas de regência de trânsito e de polícia administrativa vigentes, as ações dos representantes da Concessionária.

§ 2º. Quanto aos recursos humanos, a fim de propiciar melhorias na operação do sistema, o quantitativo descrito no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser ajustado conforme o desenvolvimento dos serviços, desde que a Concessionária comprove que os usuários têm utilizado as plataformas digitais, aplicativos e/ ou contas pré-pagas, de modo a justificar certa ociosidade de seus representantes operacionais, em virtude de atenderem poucos veículos no perímetro.

§ 3º. A previsão do § 2º deste artigo só será possível considerando-se mês fechado de operação, desde que a Concessionária comprove que o percentual de usuários nas plataformas digitais é superior a:

I - 50,00% (cinquenta inteiros por cento), ocasião em que o coeficiente poderá ser modificado para no mínimo um representante operacional para cada cem vagas; e

II - 75,00% (setenta e cinco inteiros por cento), ocasião em que o coeficiente poderá ser modificado para no mínimo um representante operacional para cada cento e vinte vagas.

§ 4º. No cálculo do § 3º deste artigo não estão incluídos os pontos de vendas fixos, os quais serão de no mínimo um para cada noventa vagas, conforme média ponderada de todo o sistema.

Art. 5º. A Concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos atribuídos ao sistema, bem como a sinalização viária regulamentadora do estacionamento rotativo pago que se fizer necessária à operação da Concessão.

Parágrafo único. Os locais designados para funcionamento do estacionamento rotativo pago no Município deverão ser identificados com as placas de estacionamento



regulamentado definidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, as quais serão colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporadas, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Art. 6º. O prazo máximo de estacionamento na mesma vaga será de duas horas, na região comercial e, de quatro horas, na região hospitalar, objetivando a ocupação e rotatividade do sistema.

Parágrafo único. Os locais regulamentados deverão ter placas e informações do tempo máximo de permanência nas vagas.

Art. 7º. Constituem irregularidades ao bom uso do sistema de estacionamento rotativo pago:

I - estacionar o veículo nas áreas regulamentadas sem efetuar o pagamento no ato do estacionamento ou afixar o cartão de Zona Azul correspondente de forma incorreta, já que este deverá ser colocado na parte interna do veículo e em local visível;

II - utilizar os equipamentos de controle de estacionamento ou cartão de Zona Azul de forma incorreta, contrariando as instruções neles inseridas;

III - ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga ou o tempo estabelecido no cartão de Zona Azul;

IV - trocar o cartão de Zona Azul após expirado o tempo máximo para permanência na mesma vaga;

V - estacionar o veículo fora das áreas regulamentadas;

VI - estacionar o veículo em local demarcado por faixas amarelas "proibido estacionar" ou fora do espaço delimitado para a vaga;

VII - estacionar o veículo em vaga destinada a veículos que transportem pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção, sem a utilização do cartão, conforme normatização em vigência;

VIII - estacionar o veículo em vaga destinada exclusivamente para veículos que transportem pessoas idosas, sem a utilização do cartão, conforme normatização em vigência.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo quando se referir à afixação do cartão de Zona Azul, não se aplica a veículos cujo pagamento da tarifa tenha sido realizado de forma virtual, pelos meios estabelecidos pelo sistema.

Art. 8º. Na hipótese do veículo exceder o prazo de estacionamento estabelecido no artigo 10 da Lei Municipal nº 4.826/2021 e no artigo 6º deste Decreto, ou incorrer nas irregularidades descritas no artigo 11 da Lei Municipal nº 4.826/2021 e no artigo 7º deste Decreto, ou se o proprietário ou o preposto deixar de pagar o valor devido, ou ainda, no caso do veículo estar estacionado em local não autorizado, o responsável deverá regularizar a situação mediante o pagamento de "tarifa de regularização", conforme abaixo:



I - O prazo máximo para a regularização e pagamento da tarifa descrita no *caput* deste artigo é de um dia útil, no local e termos que ela contiver, conforme aviso de irregularidade emitido por representante operacional ou fiscal do sistema.

II - O *quantum* devido pela regularização corresponde ao valor equivalente a cinco horas de estacionamento.

§ 1º. O não pagamento da tarifa de regularização no prazo máximo estabelecido implicará na lavratura de Auto de Infração pela autoridade de trânsito, segundo previsto nos incisos XVII, do artigo 181, e X, do artigo 182, ambos do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 2º. Será competente para lavrar o Auto de Infração de Trânsito previsto no § 1º deste artigo, bem como para lançar mão das medidas administrativas legalmente previstas para o tipo infracional agente civil, servidor estatutário ou empregado público celetista ou, ainda, policial militar ou guarda civil municipal designado pela autoridade de trânsito do Município.

§ 3º. A Prefeitura Municipal, por meio do Departamento competente, fornecerá ao órgão responsável pela fiscalização do trânsito os dados necessários para a devida fiscalização e aplicação das penalidades cabíveis, relativas à Zona Azul.

§ 4º. O pagamento da tarifa a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser feito diretamente com o representante operacional da Concessionária até às 18h, ou pela internet, até às 23h59m, vencendo-se o prazo:

I - no dia útil seguinte, quando as notificações de regularização forem emitidas de segunda a quinta-feira; ou

II - na segunda-feira, ou, se esta for feriado, no dia útil seguinte, quando as notificações de regularização forem emitidas na sexta-feira ou no sábado.

Art. 9º. Ficam definidas como áreas para estacionamento rotativo pago de veículos automotores, na forma deste Decreto, as seguintes vias:

I - zona comercial:

Localizações / Vagas	Pagas	Motos	PCDs	Idosos
RUA XV DE NOVEMBRO	29	21	2	3
RUA VIGÁRIO MONTE NEGRO	30	0	1	1
RUA SENADOR SARAIVA	20	0	1	1
PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA	65	64	5	10
RUA SOUZA BRITO	16	0	2	2
RUA 16 DE ABRIL	10	7	1	1
RUA JOÃO VICENTE	23	0	2	1
RUA JOSÉ BONIFÁCIO	30	10	2	1
RUA FREI V SALVADOR	17	6	1	1
RUA CEL. ANTÔNIO AUGUSTO	16	0	1	1
RUA MARQUES DO HERVAL	86	26	3	3



RUA ARNALDO FLORENCE	25	4	1	1
RUA SANTO ANTÔNIO	13	7	1	1
RUA TIRADENTES	12	3	1	1
PRAÇA RIO BRANCO	29	15	1	1
RUA JOSÉ BERNARDES	8	10	1	1
AVENIDA OLIVEIRA MOTA	16	10	2	2
RUA CEL. JOAQUIM VERGUEIRO	19	6	2	2
RUA JORGE TIBIRIÇÁ	34	5	3	3
RUA SILVESTRE FERNANDES MACHADO	36	5	2	1
RUA ABELARDO CÉSAR	31	5	1	1
RUA XAVIER RIBEIRO	46	25	2	1
RUA BARÃO DE MOTA PAES	131	63	3	4
RUA ARTHUR VERGUEIRO	60	18	2	2
RUA FLORIANO PEIXOTO	124	22	7	5
RUA VICENTE GONÇALVES	37	6	2	2
PRAÇA JOÃO PESSOA	12	0	2	2
TOTAIS	975	338	54	55

I - zona hospitalar:

Localizações / Vagas	Pagas	Motos	PCDs	Idosos
RUA PINHEIRO MACHADO	34	6	4	3
RUA TEIXEIRA RIOS	19	6	1	1
RUA FRANCISCO GLICÉRIO	38	4	2	2
RUA PRUDENTE DE MORAES	41	0	1	2
RUA CEL. ANTÔNIO AUGUSTO	49	0	2	1
RUA 16 DE ABRIL	18	5	1	1
RUA JOÃO VICENTE	5	0	1	1
TOTAIS	204	21	12	11

§ 1º. As vagas para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência e idosos, apontadas nos incisos I e II do *caput* deste artigo, desde que respeitado o quantitativo mínimo mencionado na lei, poderão ser realocadas para outros endereços constantes dos mesmos incisos citados, conforme necessidade constatada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito.

§ 2º. Na ocorrência do descrito no § 1º deste artigo a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito notificará a Concessionária para que promova a alteração necessária, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, assumindo esta os custos e despesas ocasionados pela realocação.

§ 3º. A critério da municipalidade e atendidas as necessidades técnicas, a conveniência e a oportunidade para a eficiência do sistema, poderá a área de para estacionamento rotativo pago ser acrescida ou reduzida de vias e logradouros.

§ 4º. As zonas de estacionamento rotativo pago deverão estar devidamente identificadas por meio de sinalização própria, conforme previsão legal e



regulamentação, e serão usufruídas mediante o pagamento de tarifa, observadas as disposições pertinentes.

§ 5º. O sistema de estacionamento rotativo pago poderá abranger a disponibilização de bolsões de estacionamento, situados em áreas públicas ou privadas a serem disponibilizadas, com vistas a melhor ordenação das ocupações e a ampliação do número de vagas.

§ 6º. Os bolsões situados em áreas públicas poderão conter estacionamento confinado, o qual terá horário e tarifa diferenciados, mediante regulamento específico.

Art. 10. O pagamento de tarifa nas áreas de estacionamento rotativo pago ocorrerá em relação aos seguintes dias e horários:

I - Zona Azul:

- a) segunda a sexta-feira, das 8h às 18h;
- b) sábado, das 8h às 13h;

II - bolsões com estacionamento confinado:

- a) segunda a sexta-feira, das 7h às 19h;
- b) sábado, das 7h às 14h.

§ 1º. Aos domingos e feriados não haverá cobrança de tarifa da Zona Azul.

§ 2º. Em datas especiais e/ou datas comemorativas, o horário normal de cobrança poderá ser ampliado por ato da autoridade de trânsito do Município, desde que autorizado pela Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. A Concessionária fica autorizada a promover veiculação publicitária remunerada nos impressos, materiais e equipamentos utilizados na operação do sistema.

Art. 12. A área de estacionamento de curta duração é a parte da via sinalizada para estacionamento não pago, com uso obrigatório do pisca alerta ligado, em período determinado e regulamentado, de no máximo quinze minutos, conforme sinalização específica para este fim, de acordo com as normas do CONTRAN.

Parágrafo único. No caso de descumprimento das obrigações especificadas no *caput* deste artigo, haverá notificação por parte do representante da Concessionária, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 4.826/2021 e do art. 8º deste Decreto.

Art. 13. As atividades de carga e descarga, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados, das 8h às 13h, com a utilização de veículos cujo peso bruto total tenha entre duas e seis toneladas, somente serão permitidas em vagas exclusivas para este fim, mediante o pagamento de tarifa e obediência ao período máximo de permanência de duas horas.



Parágrafo único. Fica permitida, de forma exclusiva, a carga e descarga de mercadorias na Zona Azul, de segunda a sexta-feira, das 0h às 7h, e das 19h às 0h, e aos sábados, a partir das 14h, para veículos acima de seis toneladas.

Art. 14. Será permitido o estacionamento de veículos para carga e descarga de concreto, materiais de construção, colocação de caçambas, mudanças, ou que colem entulhos, bem como outros em casos excepcionais, que ultrapassem as capacidades e horários estabelecidos, ou ainda eventos ou festividades, desde que o usuário, mediante prévia e específica autorização da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, utilize as áreas de estacionamentos rotativos nos dias e horários estabelecidos no artigo 10 deste Decreto, por um período máximo de duas horas, ocasião em que o condutor deverá se dirigir ao escritório da Concessionária do sistema, para apresentação do documento de autorização e pagamento de tarifa no valor estabelecido no artigo 20 deste Decreto.

§ 1º. Poderá solicitar autorização o interessado em realizar operações especiais de carga/descarga, com veículos de capacidade acima de três toneladas e com no máximo três eixos, nas áreas atendidas pela Zona Azul.

§ 2º. O interessado deverá solicitar a autorização à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, justificando e apontando o(s) dia(s) da semana e período que venha(m) a atender a sua necessidade, e a secretaria a analisará e responderá no prazo máximo de cinco dias.

§ 3º. De posse da autorização, o interessado deverá se dirigir ao escritório da Concessionária do sistema para efetuar o pagamento da tarifa pelo tempo em que utilizará a área Zona Azul, na forma estabelecida no artigo 20, deste Decreto.

§ 4º. O valor devido será baseado na quantidade de vagas e horas necessárias, multiplicadas pelo valor da hora do estacionamento Zona Azul.

§ 5º. A autorização para carga/descarga deverá ser afixada no veículo, em local de fácil visibilidade à fiscalização do sistema, de acordo com as orientações nela inseridas.

Art. 15. Veículo com capacidade de carga acima de três toneladas, parado ou estacionado na área de abrangência do sistema de estacionamento rotativo pago, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, em dias úteis, entre 8h e 18h, e aos sábados, entre 8h e 13h, será tido como em situação de irregularidade.

Parágrafo único. O veículo na situação de irregularidade descrita no *caput* será notificado por representante operacional da Concessionária do sistema, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 4.826/2021 e do art. 8º deste Decreto.

Art. 16. Os proprietários de carrocinhas, *trailers* e articulados que vendam produtos e alimentos, com autorização e alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, além dos proprietários de caçambas que as estacionarem em local de Zona Azul, deverão arcar, antecipadamente, com a tarifa única diária prevista no §2º do artigo 20 deste Decreto.

Parágrafo único. Em caso de desobediência às disposições do *caput* deste artigo, os infratores serão notificados e multados, bem como as caçambas estáticas, carrocinhas, *trailers* e articulados, apreendidos pelo Poder Público Municipal.



Art. 17. Fica reservado o percentual mínimo de 5,00% (cinco inteiros por cento) do total das vagas existentes dentro do perímetro delimitado para o sistema de estacionamento rotativo pago aos idosos, e o percentual mínimo de 5,00% (cinco inteiros por cento) às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Os percentuais descritos no *caput* são distintos e exclusivos para cada categoria.

Art. 18. As vagas reservadas na forma do artigo 17 serão sinalizadas no solo e verticalmente.

Art. 19. Ficam dispensados do pagamento da tarifa de estacionamento rotativo os seguintes usuários:

I - os idosos, a partir dos sessenta anos de idade, e as pessoas com deficiência, que possuam mobilidade reduzida, comprovada por laudo médico da área especializada, quando estacionarem em suas respectivas vagas, devidamente sinalizadas.

II - os veículos oficiais do Município, os quais deverão estar cadastrados no sistema de controle da Concessionária;

III - os veículos de transporte coletivo (ônibus e similares), quando estacionados em seus pontos de parada;

IV - os veículos oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, bem como os de propriedades de suas autarquias;

V - as motocicletas e motonetas.

Parágrafo único. A utilização das vagas especialmente destinadas para veículos que transportem pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção ou idosos, não isenta o usuário de respeitar as demais regras instituídas na lei e no regulamento para o estacionamento, em especial a observância do prazo máximo de permanência do veículo na vaga e da obrigatoriedade da utilização do cartão de identificação.

Art. 20. A tarifa estabelecida no sistema de Zona Azul, na forma do artigo 2º deste Decreto, será cobrada na:

I - zona comercial, no valor de R\$ 2,00 (dois reais) a cada sessenta minutos; e

II - zona hospitalar, no valor de R\$ 1,00 (um real) a cada sessenta minutos.

§ 1º. A forma para o pagamento de tarifa de regularização obedecerá ao artigo 8º deste Decreto, e o valor respeitará o correspondente ao local em que foi emitida a notificação de irregularidade.

§ 2º. O valor a ser cobrado diariamente por carrocinhas, *trailers* e articulados que vendam produtos e alimentos com autorização e alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, bem como das caçambas estáticas coletoras de entulhos, será de R\$ 10,00 (dez reais), correspondente à tarifa única



diária, quando estes ocuparem espaço na área de responsabilidade da Concessionária da Zona Azul.

§ 3º. O reajuste ocorrerá anualmente, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro indexador que venha a substituí-lo, tendo o mês de janeiro como referência para o ato.

Art. 21. Fica estabelecido o repasse mensal ao Município, pela Concessionária do sistema de estacionamento rotativo pago, de no mínimo 10,00% (dez inteiros por cento) sobre o valor da receita bruta com a exploração do serviço concedido, em relação ao mês anterior.

§ 1º. A receita bruta descrita no *caput* deste artigo para o cálculo do repasse ao Município, será sobre as vendas de tíquetes, créditos, taxa única diária e tarifas de regularização.

§ 2º. O repasse a que se refere o *caput* deste artigo será realizado mediante crédito em conta bancária do Município de Espírito Santo do Pinhal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da exploração do serviço concedido.

Art. 22. Ao Poder Público Municipal e à Concessionária não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento regulamentado.

Parágrafo único. A Concessionária não é obrigada a manter qualquer tipo de seguro contra esses eventos.

Art. 23. Revoga-se o Decreto nº 5.388, de 13 de setembro de 2021.

Art. 24. Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Município de Espírito Santo do Pinhal, 27 de junho de 2022.

Cristina do Carmo Brandão Bueno Domingues
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial Eletrônico e disponibilizado na Secretaria Geral da Prefeitura.

Kely Cristina Marinelli Barbosa
Secretaria Geral